

CONTRAREFORMA DO ESTADO E POLÍTICA PÚBLICAS: O QUE FAZER COM A JUVENTUDE?

Rafael oliveira dos Santos
Professor da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro

Maria Clara Arruda
Docente da Universidade Estácio de Sá – UNESA

Simone Ramos de Queiroz Silva
Graduanda de Serviço Social

Enquanto os adultos pensarem que, como seus pais senhores de outrora, eles podem proceder por introspecção, invocando sua própria juventude para compreender a juventude atual, eles estão perdidos. (MEAD,1979,p.93)

O Presente trabalho tem sido objeto de nossas reflexões. Procuramos, nas páginas que se seguem, apresentar o processo de formação das políticas públicas destinadas à juventude no Brasil bem como expor de que maneira o neoliberalismo rebate nelas – relegando à juventude um lugar perverso no *hall* de prioridades dos governos nas últimas décadas. Intencionamos com o exame das políticas públicas nas últimas duas décadas reter o pensamento que as sustenta e sua relação com a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Juventude, Estado, Política Pública.

LECCARDI (1991), ABRAMO (1994), MEAD (1979), tentaram construir uma definição para categoria juventude, no entanto tal tarefa é de grande dificuldade, já que os critérios que a constituem são históricos e muitas das vezes culturais. As contribuições deles foram significativas, mas elencamos a definição de juventude de Angelina Peralva (1997)¹ como a que melhor se aproxima como base para as nossas reflexões, que define a juventude como: *ao mesmo tempo uma condição social e um tipo de representação* (PERALVA,1997,p.199).

Se há um caráter universal dado pelas transformações dos indivíduos numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas é muito variada à forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnia, identidades religiosas, valores) e de gênero e também das regiões geográficas, entre outros aspectos.

¹ PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPEd, n5/6, 1997.

A construção de uma concepção de juventude na perspectiva da diversidade que essa categoria implica em primeiro lugar considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Tal premissa significa não entender a juventude como etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado quando chegar a vida adulta. Nesse contexto as reflexões de MELUCCI e FABBRINI,(1992)² nos propõe outra forma de compreender a adolescência e a juventude. Segundo os autores existe uma sequência temporal no curso da vida, cuja maturação biológica faz emergir determinadas potencialidades. Sendo assim, é possível marcar um início da juventude quando se adquire a capacidade de procriar, quando esse sujeito passa a não necessitar mais de tanta proteção por parte da família, quando assume responsabilidades em fim a dar provas de autossuficiência.

Para os autores a temporalidade não implica diretamente em uma evolução homogênea, na qual ocorra uma complexidade crescente com a substituição das fases primitivas pelas fases de maturidade de tal modo a cancelar as experiências precedentes. MELUCCI e FABBRINI (1992), ao contrário defendem a idéia de que os fenômenos evolutivos presentes nas mudanças dos ciclos vitais são fatos que dizem respeito a cada momento da existência. Assim a adolescência não pode ser entendida como um tempo que se encerra, como fase da crise ou de trânsito entre infância e a vida adulta, entendida como ultima meta da maturidade. Mas seria o momento de início da juventude.

Contudo entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, que possuem especificidades como dito anteriormente. Ou seja, a juventude é um momento determinado, porém não se encerra em uma passagem: ela ganha importância em si mesma sob as circunstâncias históricas nas quais se insere. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das relações que este proporciona. Desse modo, os jovens da contemporaneidade apresentam suas especificidades, pois constroem “modos” de ser jovem³ - é claro, sempre socialmente determinados. Nossa intenção ao discutir o tema,

² MELUCCI, A., FABBRINI, A. A idade de Ouro: adolescentes entre o sonho e a experiência. São Paulo, Ediouro, 1992.

³ Não se objetiva percorrer todos os temas subjacentes à discussão dessa fase de vida. Tem sido recorrente a importância de se tomar a ideia de juventude no plural – juventudes –, em virtude da diversidade de

sem adentrar em suas polemias, é tentar explicitar a tensão existente entre a atual política de segurança pública fluminense e essa juventude. Para isso percorremos um breve histórico sobre a juventude e sua manifestação ao longo do processo histórico, tal qual considerado por nós, como grupo social que por décadas carece de políticas públicas⁴ próprias (principalmente no que tange a segurança pública).

Ao analisarmos as estatísticas de documentos oficiais como os Mapas da Violência⁵, reconhecemos a importância da juventude como questão social⁶ relevante. Em um contexto onde a juventude surge de forma múltipla, como dito acima, seja pelos problemas que vivencia, seja pela potencialidade desse ciclo de vida, a juventude inscreve-se na questão social no mundo contemporâneo através de duas abordagens principais. Uma como fase transitória para a vida adulta, onde a trajetória juvenil seria definida pelo processo de socialização e as múltiplas dimensões que influenciam essa fase da vida. Outro pela via do “problema”, comumente associado a jovens, vinculando essa temática a questões de desordem social, colocando a juventude na condição de grupo “prioritário” nas ações de controle social e repressivo.

Entre os meios de comunicação de massa da televisão à grande imprensa, passando por rádios entre outros, percebe-se uma avalanche de produtos especialmente dirigidos ao público jovem e adolescentes (os cadernos *teens*, series, nos grandes jornais, programas de auditório na televisão, programas só de rock ou de rap etc.), mas também ao crescimento de noticiários a respeito de jovens. De maneira geral, pode-se notar uma divisão nestes dois diferentes modos de tematização da juventude nos meios de comunicação. De um lado quando se trata dos produtos direcionados a esse público os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e

situações existenciais que afetam os sujeitos.

⁴Em sua acepção mais genérica a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se, também, no campo de conflito entre sujeitos que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias. (SPOZITO, 2007, p.180)

⁵ <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

⁶ CARVALHO E IAMAMOTO (2011), a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

estilo de imagem esporte, lazer. Do outro lado quando os jovens são retratados nos jornais destinados a “adultos”, em matérias analíticas e editoriais os temas mais comuns são aqueles relacionados à “problemática juvenil” ou aos problemas sociais como crimes, violência, exploração sexual, drogadição etc. Tem-se assim um duplo movimento onde, ao mesmo tempo em que o jovem é visto como produtivo e responsável pelo desenvolvimento, pela potencialidade desse ciclo de vida, os jovens tem se destacado também como uma população vulnerável em várias dimensões, pelos problemas que vivenciam e especialmente nas estatísticas de violência. Tal segmento representa hoje 40% da população da América Latina. No Brasil dados de projeção do IBGE (2010), apontam que os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 50,2 milhões de pessoas, correspondendo a 26,4% da população, que significa um aumento de 45,9% com relação ao contingente de jovens em 1980. Desse total, cerca de 80% vivem em áreas urbanas. Esse novo fenômeno social ligado a mudanças estruturais na distribuição etária da população revela uma dinâmica demográfica conhecida como “onda jovem”.

Além do seu peso quantitativo, o jovem tem sido qualificado como bônus demográfico, pelo efeito positivo que pode ter no crescimento socioeconômico, representando o maior potencial para contribuir com o desenvolvimento. Por outro lado, os jovens das áreas urbanas convivem com altas taxas de desemprego, violência, segregação espacial e qualidade de vida deteriorada (do total de jovens urbanos, 48,7% vivem em moradias inadequadas fisicamente). Isso se reflete na população de jovens entre 15 e 29 anos que vivem em favelas, que chega a 2 milhões, sendo que a maior parte desta população é negra (66,9%).

Os jovens da América Latina estão inseridos no contexto de uma região com graves problemas sociais, descrita como a de maior desigualdade no mundo, com altos níveis de concentração de renda, que se expressa em todas as dimensões da vida social. Nos últimos 30 anos, a América Latina vivenciou as transformações aceleradas que caracterizaram nosso século com a instauração de governos militares na maioria dos países e a luta pelo processo de democratização. E a participação da juventude nos transformações históricas sempre foi expressiva.

Nos anos 1970, a juventude assume uma característica contestatária, desafiando o sistema político e social da época, em particular no enfrentamento das ditaduras e a busca por uma sociedade mais democrática. Os estudantes universitários representavam

a expressão desse grupo, que foram se consolidando associados ao movimento estudantil e movimentos populares, em especial pelas organizações sindicais, que tiveram uma participação fundamental na resistência à ditadura.

Com a queda da ditadura e o início do processo de democratização da década de 1980, os governos democráticos começaram suas ações econômicas em um contexto de endividamento e de desigualdades sociais históricas. O período que se seguiu até os anos 2000 foram décadas marcadas por um processo de pauperização, com habitações em crescentes extensões de periferia, com baixos níveis de crescimento, grave recessão econômica e social, explosão da desigualdade e altos níveis de pobreza persistentes., e desmantelamento do sistema de proteção e principalmente de educação.

Nesses anos de recessão econômica, crise da dívida externa e expansão da pobreza, os governos da década de 80 adotaram políticas de ajuste no quadro de reestruturação das economias nacionais, ao mesmo tempo em que adotaram políticas compensatórias de transferência de renda para os mais empobrecidos, por meio de programas alimentares e empregos temporários (Novaes, IPEA, 2006).

Nos anos 1990, tendo como necessidade o crescimento econômico e o desenvolvimento social, o papel reservado a juventude foi de agente do desenvolvimento⁷. Os governos passam a ter um enfoque no jovem como capital humano, investindo em políticas voltadas para o desenvolvimento em torno da educação, focando a inserção social e no mercado de trabalho investindo em medidas destinadas a capacitar jovens em períodos breves, na qualificação técnica. No entanto, apesar de acessar a escola, os sistemas de educação continuavam muito abaixo dos desejáveis sofrendo com a baixa qualidade, altas taxas de evasão, repetência e atraso escolar. Mesmo com o investimento em educação, fundamental para a oferta de oportunidades e uma grande reserva para o desenvolvimento, caminho para a mobilização e realização de potenciais, formadora de capital social e de redes mais amplas e qualificadas, isso não se refletiu em oportunidades reais para os jovens. A difícil inserção no mercado de trabalho, com altas taxas de desemprego e crescimento de empregos de baixa produtividade, criaram fortes tendências à precarização do trabalho. E os jovens são fortemente impactados por essas condições, onde os níveis de pobreza se refletem no aumento das desigualdades e tendem a congelar a mobilidade

⁷ O que significava na prática responder ao desemprego de jovens por meio de projetos de capacitação ocupacional.

social (UNESCO, 2004). O que significava na prática responder ao desemprego de jovens por meio de projetos de capacitação ocupacional. A crise do emprego tem sido uma ameaça a inserção dos jovens que saem da escola no mercado de trabalho. E o impacto dessa realidade implica em abandonar estudos, trabalhar com idades baixas, e estimular a migração. E isso tem impacto maior em jovens urbanos de origem socioeconômica desfavoráveis, onde cerca de 60% a 80% dos jovens não chegam a escolaridade formal mínima necessária para ter acesso aos requisitos atuais do mercado de trabalho (Ipea, 2006).

A tendência observada nos dados do PNAD no período de 1982-2007 demonstra um aumento da proporção de jovens do sexo masculino que não trabalha nem estuda. Um estudo da Cepal de 2000 indica que entre jovens de 15 a 24 anos nessa situação representam entre 12% e 40% dos lares pobres. No Brasil, esse grupo chega a 22%, o que equivale a quase 11 milhões de jovens entre 15 e 24 anos que nem estudam nem trabalham. Esses jovens que nem estudam nem trabalham formam um grupo particularmente crítico. Há uma alta taxa de criminalidade que tem seu campo fértil nos jovens que estão fora da escola e do trabalho e que não tem oportunidade. Isso significa que não conseguem iniciar uma vida no mercado de trabalho e não tem condições de passar por experiências de aprendizagem e crescimento produtivo. E a sua rede de relacionamentos estreita-se de maneira preocupante. Se junta a isso que o jovem está em pleno processo de garantir sua autoestima, que fica enfraquecida e leva a problemas de conduta e relacionamento. Com o esgotamento do modelo desenvolvimentista, a década de 1990 foi marcada pelas reformas de caráter liberal, que agiram no sentido de flexibilizar direitos sociais, enfraquecendo os mecanismos corporativistas fundamentados na solidariedade trabalhista e fortalecendo os critérios relacionados à competição no mercado e à individualização dos riscos (Novaes, 2006).

Ao mesmo tempo em que se investe na população juvenil como agentes do desenvolvimento, no fim dos anos 1990 surgem muitas iniciativas privadas em várias instâncias nos mais diferentes níveis onde grande parte tinha foco nos jovens excluídos ou na condição de “risco social”. Isso influenciou também para que as propostas tivessem foco na prevenção, controle e efeito compensatório dos problemas vivenciados pela juventude, focando setores com características de vulnerabilidade, risco ou transgressão, em geral grupos de jovens urbanos, pobres e negros. E para esses jovens considerados em situação de risco, emergem na esfera do governo federal ações que

associavam a juventude à violência, comportamentos de risco e transgressão, por meio da prevenção de delitos.

Essas desigualdades históricas se refletem, nos diferentes aspectos da vida social, onde os jovens negros são mais afetados. Nos indicadores de escolaridade, por exemplo, a taxa de analfabetismo entre os jovens negros é duas vezes maior que os brancos, a taxa de frequência também é maior para jovens brancos em todos os níveis de ensino. E os jovens negros estão sobre representados no segmento de jovens que não trabalham nem estudam. Além de sua inserção no mercado de trabalho estar caracterizada por condições de precariedade piores que a dos jovens brancos. Os jovens também são diretamente atingidos pela perversa combinação entre tráfico de drogas, intensificação do comércio de armas, corrupção e violência policial, que constituem a conjugação de fatores globais para a questão juvenil do século XXI (Ipea, op.cit).

Embora a temática da juventude seja corrente na contemporaneidade é importante salientar que depois de anos de quase total ausência, os jovens voltam a ser tema de reflexão. Principalmente no que diz respeito à formulação de políticas públicas. No entanto, muitas das reflexões propostas ainda são destinadas a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (sumariamente instituições escolares, família, ou ainda sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação de conflito com a lei ou de risco). Porém, é importante notar que como afirma ABRAMO (2007)⁸, que com relação as políticas públicas o Brasil diferente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, com um público diferenciado das crianças, para além da educação formal.

Segundo ABAD (2002)⁹, o desenvolvimento das políticas de juventude na América Latina foi determinada pela “marginalização” dos jovens na sociedade. Desse modo, segundo o autor na América latina desenvolveu-se quatro distintos modelos de políticas de juventude : a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950-1980)¹⁰; b) o controle social de setores juvenis mobilizados (1970-1985); c) o enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (1985-2000) e d) a inserção laboral de jovens “excluídos” (1999-2000)

⁸ ABRAMO, H.W. Considerações sobre tematização da juventude no Brasil. In: Coleção Educação para Todos, Brasília, MEC, 2007.

⁹ ABAD, M. Las políticas de juventude desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. In Última Década, Viña del Mar: CIDPA, n.16, p.119-155, mar. de 2002.

¹⁰ No Brasil tal perspectiva pode ser observada com adoção dos códigos menoristas.

Na Europa e EUA a formulação de políticas públicas destinadas a esse segmento da sociedade e a designação de instituições governamentais responsáveis por sua implementação tem se desenvolvido ao longo do século XX; nos países de língua espanhola da América Latina esse fenômeno ganha significação a partir dos anos de 1980, devido ao estímulo dado por organismos como CEPAL, ONU e o governo da Espanha por meio de iniciativas de cooperação internacional para o fomento de capacitações técnicas, troca de experiências e formulação de diagnóstico sobre a situação da juventude na América Latina. Podemos dizer, no entanto, que o Brasil passou ao largo desse movimento. Esse posicionamento se reflete ainda hoje, uma vez que o crescimento da violência para com esse segmento se intensificou nos anos finais do século XX e na primeira década do século XXI.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em sua publicação *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil* (2009)¹¹, indicam que a violência que cerca os jovens brasileiros tem sido motivo de “preocupação” crescente no país. O intenso processo de criminalização da juventude impôs a *juventude como problema*¹² e como zona de conflito (Waiselfisz, 2006¹³). Diferentes pesquisas¹⁴ confirmam que são os jovens as maiores vítimas da violência no Brasil. Segundo o mapa da Violência 2013¹⁵ os homicídios são hoje a maior causa da morte dos jovens brasileiros de 15 a 24. Dados do SIM/DATASUS do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino. Da mesma forma, os dados sobre os agressores também confirmam a predominância dos jovens na autoria de alguns crimes, em especial homicídios e lesões corporais. Segundo levantamento do Ministério da Justiça¹⁶ sobre a participação de jovens em crimes que são relatados pela polícia, os jovens entre 18 e 24 anos estão mais frequentemente identificados como infratores por homicídio doloso (17,57 por 100 mil), lesões

¹¹ Segundo a pesquisa as estatísticas mostram que, enquanto as taxas de mortalidade da população brasileira vêm decrescendo progressivamente – com tendência em longo prazo relacionada à melhoria das condições de vida –, tal fenômeno não se observa com intensidade semelhante no caso do grupo populacional com idade de 15 a 29 anos. A principal explicação está associada às altas taxas de mortalidade nesta faixa etária por causas externas, que englobam diversas formas de acidentes de trânsito. As vítimas, em geral, são jovens do sexo masculino, pobres e não brancos com poucos anos de escolaridade, que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades brasileiras.

¹² Grifos meus

¹³ WAISELFISZ, J. J. (coord). *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*, São Paulo: Cortez, 2006.

¹⁴ Aqui nos referimos as pesquisas oficiais Mapa da Violência e PNUD ambas do ano de 2012.

¹⁵ Disponível em <http://www.juventude.gov.br/documentos/homicidios-e-juventude>

¹⁶ Disponível em: <http://www.academia.edu/3996173>

corporais dolosas (387,74), tentativas de homicídio (22,3), extorsão mediante sequestro (0,34), roubo a transeunte (218,23), roubo de veículo (20,24), estupro (14,57), posse e uso de drogas (41,96). E os jovens entre 25 e 29 anos aparecem como principais infratores para o crime de tráfico de drogas (24,47)¹⁷

É importante notar que, se os jovens são comprovadamente (como mostram as pesquisas citadas) o grupo social mais vitimado pela violência, eles também figuram como seus maiores autores. A violência que se manifesta em atos de delinquência corriqueiros, vandalismos contra espaço público, nos rachas e nas manobras radicais no trânsito, nas brigas entre gangues rivais, no dia a dia do ambiente escolar ou nas agressões intolerantes a homossexuais, negros, mulheres¹⁸ ou índios¹⁹ em várias partes do país é majoritariamente protagonizada por jovens e em geral, vítima outros jovens. Ou seja, a violência cotidiana que acontece no país hoje é, em grande parte, cometida por jovens contra jovens como demonstrou o levantamento do Ministério da justiça citado acima.

Embora não seja a única expressão da violência, os homicídios são a sua manifestação mais extrema (Waiselfisz, op. cit). Os homicídios vitimam mais os jovens do sexo masculino, especialmente concentrados no grupo de 20 a 24 anos, onde a taxa é de 120 vítimas por 100 mil indivíduos. Seguido do grupo de 25 a 29 anos (107 por 100 mil) e do grupo de 15 a 19 anos (80,7 por 100 mil). Além disso, a taxa de mortalidade por causas externas de jovens pretos e pardos do sexo masculino são respectivamente 206,9 e 190,6 para cada grupo de 100 mil habitantes. Enquanto os jovens brancos apresentam taxa média de 138,2. Quando analisados por homicídio, a taxa encontrada entre jovens brancos do sexo masculino é de 63,9% por 100 mil habitantes, enquanto os jovens pretos essa taxa sobe para 135,3 e para os pardos 122,8. E o grupo mais vitimizado está na faixa etária entre 18 e 24 anos, onde os jovens brancos representam 73,4 para cada grupo de 100 mil habitantes, enquanto os jovens pretos a taxa é de 163,1 e para jovens pardos é de 145,5, ou seja, para cada jovem branco morto por homicídio morrem, em média, dois jovens negros. Isso significa que o óbito por causas externas vem afetando principalmente os jovens do sexo masculino, negros e pobres, com poucos anos de escolaridade, que vivem em áreas pauperizadas. Na faixa etária de 15 a

¹⁷ Dados do IPEA disponível em: <http://www.ipea.gov.br>

¹⁸ Sobre o espancamento da Empregada Domestica na Barra da Tijuca em 24 de junho de 2007: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1571751-5598,00.html>. Acessado em 10 de abril de 2014.

¹⁹ Sobre o ataque ao Índio Galdino dos Santos no dia 20 de abril de 1997: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u40033.shtml>. Acessado em 10 de abril de 2014.

24 anos em 2007 o percentual de mortes violentas era de 67,7% (Ipea, 2006). As disparidades também aparecem nas áreas urbanas, que concentra 84,8% do total da população jovem. Os jovens dessas áreas convivem com altas taxas de desemprego, violência, segregação espacial e qualidade de vida deteriorada (do total de jovens urbanos, 48,7% vivem em moradias inadequadas fisicamente). Isso se reflete na população de jovens entre 15 e 29 anos que vivem em favelas, que chega a 2 milhões, sendo que a maior parte desta população é negra (66,9%). Essa diversidade de situações que evidenciam as profundas desigualdades entre jovens brasileiros deixa claro que há demandas diferentes para diferentes grupos. Tradicionalmente, as ações se concentram nas áreas de educação e emprego, mas sem um enfoque que estructure as ações como políticas de juventude, mas como estratégia de atuação para minimizar o envolvimento em situações de risco. O atraso do Brasil em adentrar nas discussões sobre juventude acabou por postergar a adoção de um ato normativo legal – o Estatuto da Juventude²⁰, aprovado em agosto de 2013 – propiciou uma delimitação cronológica, bem como definiu o conjunto de direitos e benefícios a que a juventude deve ter acesso. Porém o atraso histórico para que esse movimento se realizasse afetou diretamente as condições para a criação e implementação de políticas públicas para esse seguimento.

Os chamados grupos culturais juvenis nos últimos 15 anos tem tido importante papel na forma como esses grupos são abordados, para combater a segregação e o preconceito, especialmente em áreas pobres. Essa multiplicidade de lutas sociais que tem o jovem participativo exhibe a diversidade juvenil e legitima espaços socialmente definidos como de juventudes, impulsionando e ampliando a agenda no espaço público para o reconhecimento de jovens como sujeitos de direito, respeitando suas demandas, levando em conta a atual condição juvenil. No entanto, os avanços não se articulam adequadamente, não se mantiveram por tempo suficiente e as repercussões foram fracas e inconstantes. Portanto, a sociedade deve incluir a juventude nas políticas públicas tendo o jovem como agente central, pelo seu potencial Trabalhando, nos diversos campos para superar os desafios de promover a juventude como direito (Ipea, 2006).

A juventude ainda não encontrava o seu lugar como grupo segmento populacional específico. Contudo, emergiram em nível mundial condições para

²⁰Lei 12.852/2013. Determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos. Define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Aprovada em julho de 2013 pelo Congresso Nacional e sancionada em agosto do mesmo ano pela Presidente Dilma Rouseff.

conceber um novo paradigma para a juventude. No Brasil, no entanto, a juventude popular urbana, afetada pelo grave quadro social onde estavam inseridos, só vai emergir como questão política na construção da agenda dos movimentos sociais nos anos 2000, depois do processo de redemocratização.

No âmbito mundial, é a partir dessa conjugação de fatores globais e locais que se constitui a questão juvenil do século XXI. Esse contexto de demandas e disputas dos jovens exibiu um grau de diversidade juvenil que influencia governo e sociedade civil, direcionando e ampliando a agenda no espaço público que favorece e legitima os jovens como sujeitos de direitos. Os processos históricos e políticos que levaram a temática da juventude para agenda de políticas públicas indicam os avanços e dificuldades encontradas na reflexão sobre essa temática.

Tabela 1- Marcos da Política Nacional de Juventude.²¹

Política / Ação/ Programa	Ano	Ministério ou Secretaria Responsável
Ano Internacional da Juventude ONU	1985	Ministério das Relações Internacionais
Prêmio Jovem Cientista	1987	Ministério da Ciência Tecnologia
Programa Saúde do Adolescente e do Jovem	1989	Ministério da Saúde
Comunidade Solidária	1995	Sec. Presidência da República
Programa Capacitação Solidária	1996	Sec. Presidência da República.
Programa Capacitação Voluntária	1996	Sec. Presidência da República
Serviço Militar Voluntário	1997	Ministério da Justiça
Jovem Empreendedor	1998	Ministério do Trabalho e Renda
Programa Brasil Jovem	1998	Ministério do Desenvolvimento Social ²²

²¹ Dados da Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/marcos>

²² Em 1998 era ainda o Ministério da Assistência e Previdência Social.

Jogos da Juventude	1999	Ministério dos Esportes
Centros da Juventude	1999	Ministério do Desenvolvimento Social
Brasil em Ação	2000	Ministério do Planejamento
Programa de Estudantes em convenio de Graduação	2000	Ministério da Educação
Agente Jovem	2000	Ministério do Desenvolvimento Social
Olimpíadas Colegiais	2000	Ministério dos Esportes
Projeto Escola Jovem	2001	Ministério da Educação
Projeto Navegar	2002	Ministério dos Esportes
Criação e lançamento da Frente Parlamentar de Juventude	2003	Sec. Presidência da República
Criação do Cejuvent (Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude)	2003	Câmara Federal
Elaboração da PEC da Juventude	2004	Câmara Federal Comissão Especial de Juventude
Elaboração do Plano Nacional de Juventude	2004	Comissão Especial de Juventude
Elaboração do Estatuto da Juventude	2004	Comissão Especial de Juventude
Criação do Grupo Interministerial ²³	2004	Sec. Presidência da República
Criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)	2005	Sec. Presidência da República
Lançamento da Política Nacional de Juventude	2005	Secretária Nacional de Juventude
Lançamento do Pro-Jovem Jovens)	2005	Secretária Nacional de Juventude e Ministério do Trabalho e Renda
Criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)	2005	Secretária Nacional de Juventude
Brasil sedia 1ª Reunião Especializada da Juventude do Mercosul no RJ	2007	Secretaria da Presidência da República e Secretária Nacional de Juventude
1ª Conferência Nacional de Juventude	2008	Secretária Nacional de Juventude
1º Pacto pela Juventude	2008	Secretária Nacional de Juventude e Conselho

²³ O Grupo foi formado no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República. Reuniu 19 Ministérios e produziu um amplo diagnóstico e sugestões para a Política Nacional de Juventude.

		Nacional de Juventude
Brasil sedia 4ª sessão da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul	2008	Secretária Nacional de Juventude
Brasil sedia 2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude	2009	Secretária Nacional de Juventude
Brasil assume presidência da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul – REJ	2010	Secretária Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude
2º Pacto pela Juventude	2010	Secretária Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude
Ano Internacional da Juventude	2010	ONU e Secretária Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude
Brasil sedia Pré-Conferência das Américas e Caribe de Juventude	2010	Secretária Nacional de Juventude
Brasil passa a integrar a Organização Internacional de Juventude	2010	Secretária Nacional de Juventude
Brasil assume vice-presidência da OIJ na 15ª Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude	2010	Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Secretária Nacional de Juventude
Aprovação do Estatuto da Juventude pela Câmara Federal	2011	Secretária Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude
2ª Conferência Nacional de Juventude	2011	Secretária Nacional de Juventude
Aprovação do Estatuto da Juventude no Senado Federal	2013	Secretária Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude
Sanção e Publicação do Estatuto da Juventude	2013	Secretaria da Presidência da República e Secretária Nacional de Juventude

Construímos o quadro acima, visando auxiliar a importante compreensão da história recente da política pública destinada à juventude no Brasil. No entanto, ainda é uma realidade que pelo menos em nível federal as políticas setoriais de trabalho, saúde, educação são vacilantes quando se trata de contemplar ações especialmente voltadas para os jovens – no Brasil segundo RUA (1998) os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.

Conclusão:

Em uma análise preliminar das políticas federais destinadas a juventude, verifica-se que a emergência das ações/programas federais se dá em no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso²⁴, onde as políticas voltadas para juventude aparecem muito espaçadas e sem qualquer integração. Percebe-se, no entanto que a política pública de juventude avança um pouco mais durante os dois governos Lula (2002-2006) e (2007-2012).

No entanto, tais políticas ainda se apresentam de forma fragmentada e muito permeada pela lógica neoliberal. A falta de integração entre as políticas destinadas a juventude acaba com que as ações fiquem muito mais focadas em dar respostas imediatas. Nesse sentido, pensar em políticas públicas para a juventude significa tratar da multiplicidade de dimensões da vivência e da condição juvenil e entender, portanto, que ainda que apresentem enfoque setorial, as políticas devem ser analisadas a partir da integralidade dessas diversas dimensões.

Isso não significa compreender que todas as políticas devam ser totalizantes, ou seja, devam contemplar todas as dimensões presentes na vivência juvenil. No entanto, é preciso promover um diálogo no conjunto das políticas públicas no intuito de

²⁴ No tocante à análise das políticas públicas voltadas para a juventude realizadas pelo governo federal do período citado, Sposito e Carrano (2003) apresentaram as seguintes constatações: primeiro que os programas em sua grande maioria eram recentes, tendo sido a maior parte implantado nos últimos cinco anos de governo, o que explica a incipiente institucionalização e fragmentação da política, pois, para os autores, “as ações desarticuladas e a superposição de projetos com objetivos, clientela e área geográfica de atuação comum, exprimem a frágil institucionalidade das políticas federais de juventude” (p. 30). Os autores percebem isso ao afirmarem que dependendo do local em que partiam os programas e projetos, existiam mudanças nos sentidos políticos e sociais das ações, no recorte etário do público-alvo, sendo assim, “[...] alguns ministérios se dedicam à assistência, alguns pretendem a inclusão dos “jovens carentes” e outros dão um caráter profilático às suas ações, implementando medidas saneadoras pra evitar a violência”. O segundo aspecto diz respeito a ênfase a uma fetichização da capacitação dos jovens, sem levar em consideração o momento conjuntural permeado pelas ações de desmantelamento do Estado, bem como de precarização das relações de trabalho onde os rebatimentos do período de reestruturação foram ainda maiores em decorrência da recessão e oferecendo pouquíssimas oportunidades de emprego para os jovens. A presença dos conceitos de protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social aparece como o terceiro aspecto, isso porque os mesmos estão presentes em documentos de órgãos do governo federal e organizações não-governamentais referentes a projetos e programas relacionados à juventude – Fonte: SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, set. out. nov. dez. n. 24. Rio de Janeiro 2003.

estabelecer um marco institucional que sirva de referência para a composição das ações políticas.

O Conselho Nacional de Juventude, além de ser um espaço de debate, precisa se tornar uma instância efetiva de controle social das políticas públicas de juventude, promovendo análises, sugerindo diretrizes e propostas para qualificação das ações públicas e fortalecendo a gestão democrática nos programas, sobretudo a partir da busca pela ampliação da participação dos jovens. Por fim, o desafio da consolidação da Política Nacional de Juventude, qualitativa e quantitativamente, de modo que possa contemplar com efetividade as diversas juventudes deve focar mais a emancipação dos jovens, a partir da perspectiva do desenvolvimento integral e da construção dos projetos de vida, da autonomia e da cidadania. É preciso considerar o jovem como ator fundamental no desenvolvimento do país, mas também criar condições para que sua contribuição retorne sob a forma da garantia de seus direitos, ampliação de suas oportunidades e da melhoria da sua qualidade de vida.

Referências Bibliográficas:

- ABAD, M. “Las políticas de juventude desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil.” (CIDPA) 16, n. 1º (2002).
- ABRAMO, H. W. “Considerações sobre tematização da juventude no Brasil.” (MEC) 16, n. 1º (2007).
- ALVES, J. C. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH, 2003.
- BEHRING, E. E ROSSETI, I. *Política social: fundamento e história*. São Paulo : Cortez , 2008.
- BORDIEU, P. *O poder do Simbólico* . Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2002.
- CARVALHO, J.M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras , 1987.
- CASTRO, J. A. *Juventude políticas sociais no Brasil* . Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras , 1996.
- CHAUÍ, M. *Simulacro e poder*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar da nova era), volume I*. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da "raça branca") volume I*. São Paulo : Globo, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Patrópolis: Vozes, 2009.
- IAMAMOTO, M.V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOVARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. 2º Ed.* São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- LOPES, E. *Política de Segurança Pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses " Sobre o conceito de história"*. São Paulo : Boitempo, 2005.
- MALAGUTI, V.B. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*.

- Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo : Boitempo, 2012.
- MARX, K. E ENGLES, F. *Manifesto comunista*. São Paulo : Boitempo, 2010.
- MEAD, M. *Le fossé des générations*. Paris: Gonthier, 1979.
- MELUCCI, A. E FABRINI, A. *A idade de ouro: adolescentes entre o sonho e a experiência*. São Paulo: Ediouro, 1992.
- MÉSZÁRIOS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo : Boitempo , 2009.
- PASSOS, A. G. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- SALLES, M.A. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora de violência* . São Paulo: Cortez , 2007.
- SAPORI, L.F. *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SILVA, J. F. S. *"Justiceiros" e violência urbana*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SPÓSITO, M. A. "A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP." (USP) 5, n1/2 p.161-178 (1993).
- TELLES, E. E SAFATLE, V. (org). *O que resta da ditadura* . São Paulo : Boitempo , 2010.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.